



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

METAMORFOSE SOCIAL E GARIMPO NOS SERTÕES DA CHAPADA DIAMANTINA (1844-1871)

Luiz Alexandre Brandão Freire
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil
Endereço eletrônico: alexandrefreireuesb@gmail.com

Maria Aparecida de Sousa
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil
Endereço eletrônico: sousamariap@gmail.com

INTRODUÇÃO

O papel das Lavras Diamantinas na História do Brasil Oitocentista recebeu pouca atenção em autores consagrados que escreveram sobre a dinâmica econômica do país (PRADO JÚNIOR, 1945; FURTADO, 1987). Para esses pesquisadores, a extração de diamantes e de ouro na Chapada Diamantina teria sido insignificante e de pouco valor econômico, justificando a ausência dessa temática nos quadros da historiografia brasileira. Entretanto, como observa a historiadora Marinélia Souza da Silva, desde os anos 2000 “outras Bahias nasceram a partir do trato de novas fontes e redutos de memórias” (2011, p. 15). Pesquisadores como Kátia Mattoso, István Jancsó, Johildo Athaíde, João José Reis e Erivaldo Fagundes Neves foram os pioneiros na construção de novas perspectivas historiográficas dos processos históricos na capitania/província da Bahia, seja do ponto de vista das suas dinâmicas política e social, seja econômica. Nesse último caso, a ênfase dos estudos permitiu repensar a lógica “agroexportadora” como sentido inequívoco da economia e descortinou uma complexa rede interna que envolvia as áreas sertanejas, Recôncavo e litoral.

No que se refere aos estudos sobre os sertões da Bahia, mais precisamente os sertões das Lavras Diamantinas, tem-se avançado na compreensão da importância da região no quadro econômico e social da Bahia, sobretudo ao se tratar das experiências da escravidão e da exploração aurífera na segunda metade do século XIX (LEAL, 1973; PINA, 2000; NEVES, 2011). Todavia, é preciso ponderar que o florescimento econômico da Chapada Diamantina a partir de suas atividades auríferas e extrativas ainda carece de maior aprofundamento, principalmente no que diz respeito à conjuntura de crise

DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO



econômica na província da Bahia, que a rigor, havia se iniciado em fins do setecentos (MATTOSO, 1992). De fato, a extração das gemas de diamantes possibilitou profundas alterações na dinâmica econômica da região, bem como nas múltiplas relações políticas e sociais que se estabeleceram entre os proprietários de terras, escravos e homens livres. Nessa direção, o presente estudo, ainda em fase de desenvolvimento e assentado em fontes primárias, jornais, documentos oficiais e bibliografia especializada, discute a metamorfose socioeconômica das Lavras Diamantinas nos primeiros anos do garimpo, na década de 1840, com ênfase no posicionamento das autoridades e na legislação que salvaguardava o arrendamento e o uso das terras diamantíferas.

As Lavras Diamantinas: Riqueza e tensões no sertão da Bahia

A Chapada Diamantina localiza-se na região central da Bahia. A área de Lavra ao qual se delimita este texto decorre da antiga sesmaria dos Rocha Medrado doada pela família Guedes Brito em meados do século XVIII, como aponta a Cientista Social Dora Rosa Leal (1973). A sesmaria da família latifundiária se localizava na mesorregião centro-sul da Bahia e compreende atualmente os municípios de Mucugê, Andaraí, Lençóis e Palmeiras, totalizando uma área de aproximadamente 10.018Km² (SALES, 1955). No período colonial, a região serviu como importante entreposto de fornecimento de gado e outros produtos alimentícios para o litoral, além de, pela sua posição geográfica, permitir a comercialização entre as áreas mais interioranas e a zona mineira. Semelhante a outros espaços do vasto sertão baiano, historicamente “se caracterizou por estar na periferia política e econômica da Bahia, enquanto o litoral se configurava como centro, desde os primeiros momentos da experiência colonial lusitana na América” (SAMPAIO, 2016, p. 63). A descoberta dos cristais de diamantes no século XIX modificou profundamente o lugar ocupado pela Chapada na história da Bahia.

José Martins Catharino, ao se referir sobre as Lavras Diamantinas, observa que “as descobertas que envolvem gemas e metais preciosos estão sempre envoltas por imprecisão” (1986, p. 54). Segundo afirma, apesar dos viajantes Spix e Martius terem feito os primeiros registros acerca da existência de diamantes na região em 1817-1820, é possível que já existiam faiscadores com acesso e conhecimento sobre a área, mas que



indiscutivelmente “apenas após as descobertas de 1844 a atividade de mineração de diamantes ganhou relevância na região” (p. 63).

A descoberta de diamantes, em setembro desse ano, é atribuída a um garimpeiro, filho de ex-escravos, conhecido pela alcunha de “Cazuzinha do Prado”, que nas imediações do Rio Paraguaçu, entre as atuais cidades de Mucugê e Andaraí teria encontrado “riquíssimas minas diamantinas”, conforme registrou o Inspetor Geral dos Terrenos Diamantíferos da Bahia, Benedicto Marquês de Acauã, em Abril de 1847. A notícia sobre a existência das minas logo resultou no ajuntamento de milhares de pessoas em busca das cobiçadas pedras. Na capital da província, o jornal “O Guaycuru”, em matéria de 18 de junho de 1845, se referia às rápidas transformações ocorridas na região após as descobertas das jazidas:

Como q’ instintivamente, uma emigração numerosíssima se move desta capital, de varias comarcas da província, de Minas, do Rio de Janeiro, de toda parte há pouco mais de três annos que dahi se extrahio a primeira oitava d’ouro, e hoje talvez acima de quarenta mil almas habitão esses logares e se empregão nos trabalhos de mineração (O Guaycuru, n° 101, anno de 1845).

Por meio das atas da Câmara dos Deputados, é possível observar que os diamantes do Sincorá ocuparam parte significativa das atenções dos senadores nos anos entre 1845 e 1847. As emendas debatidas junto ao Ministro da Fazenda, Alves Branco, especialmente em 18 de Agosto de 1845, tinham por finalidade principal denunciar o “descaso” da Corte e do próprio Senado em relação àquelas terras. As atas do Senado Imperial evidenciam o impacto que a atividade de mineração teve sobre a região, bem como confirmam a premissa de que apenas após 1844 a região passou a ter a devida atenção das autoridades,

Nas imediações dos descobertos diamantinos da Bahia existe já uma reunião de muitas mil pessoas que pode ser perigosíssima, e o governo podia-a ter evitado se com tempo tomasse as providências necessárias. Por outro lado ninguém negará que esses descobertos podiam ser uma considerável fonte de renda pública, e nenhum partido se procura tirar deles, sendo certo que não vai um navio para a Europa que não leve centenas de contos em diamantes. (ATAS DO SENADO IMPERIAL, 1845 livro 2).



Certamente o aumento dessa movimentação é que motivou a criação, pelo governo Imperial, de uma Inspeção Geral nas Lavras Diamantinas por meio do decreto n. 465 de 17 de agosto de 1846. A inspeção foi assumida por Benedicto Marques de Acauã, que chegou à Povoação de Santa Isabel do Paraguassú em novembro do mesmo ano. A atividade exercida por Acauã é imprescindível para compreender os primeiros anos de atividade extrativa nos sertões da Chapada Diamantina. Uma das primeiras ações do inspetor foi a elaboração de um relatório ao governo Imperial com dados geológicos, demográficos e econômicos sobre a região, além de exercer um importante papel ao mediar a atividade de extração entre os proprietários de terras e as companhias. Em razão da importância econômica adquirida pela região, em 1846 também foi criada uma freguesia eleitoral para a região do Sincorá e um ano depois a povoação de Santa Isabel do Paraguassú foi elevada à condição de Vila, atual Mucugê (PINA, 2000). A rigor, essa alteração significava a criação do Senado da Câmara e Cadeia, o Juizado de Órfãos e o Tabelionato de Ofícios, órgãos político-administrativos essenciais para o ordenamento da população local.

Uma das questões cruciais para compreender a efervescência socioeconômica na região é o conflito entre os proprietários de terra e os faiscadores. Dentre as preocupações do Senado Imperial estava a utilização das terras por aqueles que não possuíam licença e a perda de receita por possíveis negócios ilegais, pensamento traduzido por Herberto Sales ao ressaltar que “o diamante e o seu comércio se processavam praticamente fora da órbita da legalidade, com o seu contrabando desviando dos cofres públicos, anualmente, uma soma impossível de calcular” (p.12).

Não se pode esquecer que a extração dos diamantes envolveu a presença de escravos, homens livres pobres, grandes proprietários de terras e comerciantes de pedras preciosas que protagonizaram conflitos variados em torno da exploração da mão de obra ou mesmo da propriedade de pedras então descobertas. Segundo Catharino (1984), a jurisdição que salvaguardava o trabalho escravo e o livre estava prevista na disposição de 17 de Agosto de 1846, que regulamentava o arrendamento de terrenos diamantinos na Bahia a partir da experiência dos terrenos no norte de Minas Gerais, na Vila de Diamantina. A rigor, Benedicto Acauã se utilizou dessa legislação para exemplificar as



possíveis formas de atuação e taxação das Companhias. A passagem abaixo diz respeito ao tributo que as Companhias deveriam pagar por trabalhador livre ou escravo;

O atual systema de arrendamento deve ser substituído pelo da capitação de 8rs por pessoa escrava e de 5rs por pessoa livre, sendo então facultada a exploração e garantindo-se ao explorador o terreno que escolheu, uma vez que não exceda a uma certa quantidade, em que na razão dos seus trabalhadores se possa ocupar por um a dez annos. (ACAUÃ, pg. 243.)

Ademais, também era possível que os trabalhadores exercessem suas atividades de forma autônoma, entretanto era necessário que fossem terrenos específicos para os garimpeiros e faiscadores, além de uma taxa cobrada pela utilização dos terrenos, como determinava o mencionado decreto de 1846. A presença de um contingente considerável de garimpeiros e faiscadores, bem como as constantes denúncias de práticas consideradas ilícitas seriam as razões para as constantes queixas de aumento do efetivo policial na área, conforme registra Romulo Martins Oliveira (2013) ao se referir à utilização de terrenos não legalizados para a prática do garimpo autônomo. Questões que carecem de maior aprofundamento.

CONCLUSÃO

A análise sobre a dinâmica econômica das Lavras Diamantinas da Bahia na segunda metade do século XIX significa afirmar as transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas na região após a descobertas das pedras preciosas e, por outro, compreender as complexas relações e conflitos construídos entre garimpeiros, faiscadores, trabalhadores livres e escravizados e os proprietários de terras e minas. As condições de pobreza na província da Bahia no período, bem como o grau de concentração de renda nas mãos de poderosos comerciantes e proprietários, não raras vezes motivaram conflitos e tensões que evidenciam questões essenciais para a história econômica e social do Brasil Oitocentista, em especial, dos habitantes do sertão da Chapada Diamantina.

PALAVRAS-CHAVE; Brasil Império; Chapada Diamantina; Garimpo; Sertões da Bahia.



REFERÊNCIAS

ACAUÃ, Benedicto Marques da Silva. **Relatório dirigido ao governo imperial em 15 de abril de 1847, pelo inspector geral dos terrenos diamantinos na província da Bahia.** *Inst. Hist. Geogr. Ethnogr. do Brasil. Rev. Trim.*, V. 9: 227-260p.

Acervo de Periódicos da Biblioteca Nacional – Jornais: **O Guaycuru-BA** (1844 – 1859). Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Anais do Império: 1845 (Livro 3); 1846 (Livro 1); 1847 (Livro 1, 2, 3, 4); 1848 (Livro 1, 4). Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp.

CATHARINO, José Martins. **Garimpo, Garimpeiro, Garimpagem – Chapada Diamantina**, Rio de Janeiro: Philobiblion; Salvador: Fundação Econômico Miguel Calmon, 1986.

FURTADO, Celso. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LEAL, Dora Rosa. **O Mandonismo Local na Chapada Diamantina**. Salvador: UFBA, 1973.

MARTINS, Romulo Oliveira de. **“Vinha na fé de trabalhar em diamantes” Escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina – BA (1840-1888)**. Salvador: PPGH-UFBA. 2013

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia Século XIX: Uma Província no Império**. Salvador: Nova Fronteira, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1944.

PINA, Maria Cristina Dantas Pina. **Santa Isabel do Paraguassú: Cidade, Garimpo e Escravidão nas Lavras Diamantinas, século XIX**. Salvador: PPGH – UFBA. 2000

SALES, Herberto. **Garimpos da Bahia**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Agricultura. 1955.

SAMPAIO, Teodoro. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1905.

SILVA, Marinélia Souza da. **Os Sertões oitocentistas na historiografia baiana; notas sobre a escravidão**. In: Sertões da Bahia – Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural; Mato Grosso: Arcadia, 2011.